



boletim da

ASSESP/SC

ANO XI - N° 49 - MAI/JUN 2016

Suspensão da liminar do Sinpol não atinge associados da ASSESP/SC

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina derrubou no início de maio a liminar obtida pelo Sinpol (Sindicato dos Policiais Cíveis de SC), que garantia a inobservância do Parecer 388/15 da Procuradoria Geral do Estado na análise dos pedidos de aposentadoria dos policiais civis catarinenses. A informação foi encaminhada ao IPREV no dia 13/05. A decisão do TJ não atinge, porém, os associados da ASSESP/SC, que continuam com a sua aposentadoria especial garantida por meio de ação coletiva.

Isso significa, na prática, que a decisão judicial do dia 12 de fevereiro, favorável ao mandado de segurança impetrado pela Associação, continua em vigor, impedindo que o parecer 388/15 da PGE seja utilizado para análise dos pedidos de aposentadoria pendentes e futuros de todos os associados da entidade.

Quem era sócio da ASSESP até a data do ajuizamento do mandado de segurança, em 30/11/15, continua, portanto, com a garantia de reconhecimento dos critérios de aposentadoria especial estabelecidos pelas Leis Complementares 609 e 611 de 2013, que mantém o requisito exclusivo para a inatividade no tempo de contribuição, sendo 30 anos para o homem e 25 para a mulher, a desnecessidade de idade mínima, a integralidade e a paridade e o cálculo dos proventos com base na legislação em vigor e não pela média de 80% das maiores contribuições.

Importante destacar que apenas quem era associado da ASSESP até a data do ajuizamento do mandado de segurança, em 30/11/15, tem direito a essa garantia, assim como aqueles servidores que conquistaram liminares em ações movidas individualmente.

Esclarecimentos sobre o descumprimento da Medida Liminar da aposentadoria especial

Desde o início de junho, a Gerência de Recursos Humanos da SSP, juntamente com o IPREV, vêm notificando os associados da ASSESP/SC a optarem pela permanência no cargo público, arquivando o processo de aposentadoria, ou a optarem pela aposentadoria proporcional.

O Jurídico da ASSESP/SC esclarece que a Medida Liminar junto ao Mandado de Segurança nº 0045817-53.2015.8.24.0023 permanece em plena vigência e eficácia, devendo ser obrigatoriamente garantido a todos os associados à ASSESP/SC o que segue: 1) a aposentadoria

especial; 2) o requisito exclusivo para a inatividade no tempo de contribuição, 30 anos o policial homem e 25 a policial mulher; 3) a desnecessidade de idade mínima para o alcance da aposentadoria; 4) a integralidade e a paridade na aposentadoria voluntária especial; 5) o valor exato a título de proventos de aposentadoria nos moldes das LC nº 609/13 e 611/13.

Aqueles associados que receberem a Notificação da SSP e/ou do IPREV poderão responder às informações seguindo os passos descritos na matéria disponibilizada no site da ASSESP.

Com o intuito de agilizar ainda mais esses processos de aposentadoria, a ASSESP/SC notificou a Secretaria de Segurança Pública e o IPREV com a listagem de todos os seus associados, para que não sejam mais notificados a optarem por forma diversa daquela estabelecida pela medida liminar.

O Jurídico esclarece ainda que a Medida Liminar no Mandado de Segurança permanece garantindo a aposentadoria especial e demais direitos a todos os associados, e que até a sentença do processo a atual situação não sofrerá qualquer modificação.

Sede Social

Mais uma boa notícia para todos os associados da ASSESP/SC. Desde o último dia 20/06, as solicitações de reservas para o uso da Sede Social, na praia do Campeche, fora da temporada de verão, já podem ser feitas diretamente pela internet, através do sistema disponível no site da Associação. O sistema, que aparece no link Sede Social, é bastante simples. Os interessados só precisam preencher os campos com seus dados pessoais, indicar as opções de hospedagem, com data de entrada e saída, anotar as informações dos hóspedes e clicar no botão de solicitação de reserva. Depois disso, a administração da Sede Social entrará em contato para confirmar o pedido ou sugerir outras datas, caso não exista disponibilidade para aquele período.

Falecimento

Faleceu no dia 17/06, em Florianópolis, vítima de complicações cardíacas, o policial aposentado e ex-diretor da ASSESP/SC, Antônio Carlos Nazário. Seu corpo foi velado no cemitério de Fundos, em Biguaçu, antes de ser levado para a cerimônia de cremação, em Balneário Comburui. A história de Nazário se confunde com a própria luta dos policiais civis brasileiros. Dedicado, perseverante, batalhador e absolutamente parcimonioso, contribuiu de forma decisiva, ao longo de mais de 20 anos de atuação como Diretor Financeiro, para a construção do patrimônio e da organização das entidades classistas da categoria no estado, atuando como dirigente na antiga FECAPOC, passando pelo SINTRASP e mais recentemente na ASSESP.

Sessão especial na ALESC discute segurança pública

O Diretor de Esportes, Cultura e Eventos da ASSESP/SC, Augusto Luiz Fernandes Júnior, mais conhecido como Juninho Mamão, participou no dia 28/04 da sessão especial na Assembleia Legislativa de Santa Catarina que sabatinou o Secretário de Estado da Segurança Pública, César Grubba, a respeito das metas da Secretaria no combate à criminalidade. A convocação foi uma iniciativa do deputado Mario Marcondes (PSDB).

Na audiência, Grubba apresentou números sobre o déficit de policiais, tanto na PM quanto na PC. Nas contas da Secretaria, o efetivo atual da segurança pública totaliza 16.542 servidores, incluindo policiais militares, civis, bombeiros, delegados e servidores do Instituto Geral de Perícias (IGP). O número ideal de policiais civis, para Grubba, seria de 4,5 mil – hoje a categoria conta com 3,1 mil servidores. Os policiais militares somam 10.184 e seriam necessários 14 mil, na avaliação do secretário.

Vários deputados, de diversas regiões do Estado, apresentaram suas dúvidas ao SSP, que respondeu pontualmente a cada uma. O autor do requerimento, deputado Mario Marcondes, manifestou preocupação com o crescimento de grupos criminosos organizados em Santa Catarina e levantou questionamentos sobre o déficit de efetivo policial, estrutura física e de pessoal em

delegacias e sucateamento de viaturas. Em relação à renovação do quadro de pessoal, Marcondes pediu a convocação urgente de todo o excedente dos concursos públicos.

Marcondes propôs ainda a criação de uma diretoria de planejamento na polícia civil estadual, assim como já existe na polícia militar; a criação de um comitê estadual de segurança pública ou conselho estadual de segurança pública, que envolva os entes de segurança pública, os poderes constituídos e a sociedade civil, para que possa de forma permanente e articulada planejar e sugerir políticas públicas de segurança; a ampliação das ações de cooperação entre as polícias civil, militar, guardas municipais e entidades, nos moldes do Proerd e Vizinhança Solidária e a regulamentação do uso de armas pelos agentes do IGP, que transportam armas, drogas apreendidas e hoje necessitam de escolta para garantir sua segurança.

Na avaliação do Diretor da ASSESP/SC, Juninho Mamão, a sessão especial da ALESC refletiu a preocupação da sociedade com o aumento dos índices de criminalidade em Santa Catarina. Para ele, os temas discutidos no último dia 28/04 saíram do círculo restrito das Polícias e vieram à tona para o debate com todos os demais segmentos da população catarinense.

(Com informações de Lisandrea Costa/ Agência AL e foto de Yuri Santos/Agência AL)

Diretoria Executiva aprova novos projetos para a Sede Social

Em reunião realizada na tarde do dia 23/05, na Sede Social do Campeche, em Florianópolis, a Diretoria Executiva da ASSESP aprovou uma série de medidas que vão trazer ainda mais benefícios aos seus associados.

Além de avaliar o atendimento jurídico, a reunião decidiu também aprimorar os sistemas de comunicação da entidade, para que mais sócios possam ter acesso às informações publicadas pela associação. A divulgação da estrutura, dos benefícios e serviços oferecidos pela ASSESP, com especial destaque para a Sede Social e o Hotel de Trânsito, vai ser feita também por meio de um vídeo e um folder, a serem produzidos em breve.

Do ponto de vista político, a ASSESP deve voltar a procurar o governador, o vice-governador, o Secretário da Fazenda, a cúpula da SSP, PC e deputados na ALESC

para tratar de diversos problemas que estão causando prejuízos financeiros e colocando em risco a vida dos policiais civis de Santa Catarina, como a ausência de promoções, as falhas nos armamentos e o aumento de presos nas delegacias. Quanto a esse último tema, a Diretoria sugeriu, inclusive, cobrar os municípios que não cumprem as leis de execução penal e até mesmo atuar junto às comissões temáticas da OAB que abordam as questões de segurança pública no estado.

Nas questões administrativas, a proposta é realizar, em breve, um ajuste nas mensalidades pagas pelos sócios, criando um padrão nominal de modo a tornar mais justa a relação entre os valores cobrados e a representatividade dos grupos que compõem o quadro associativo da ASSESP.

Já para a Sede Social, os projetos

aprovados pela Diretoria incluem a construção de um novo campo de futebol, com gramado sintético, vestiário específico e quiosque para pequenas festas. Além disso, o portão de entrada – hoje bastante pesado – será trocado por um novo, de alumínio, evitando dessa forma os gastos com a manutenção do motor. O salão de festas principal também vai ganhar melhorias, com a criação de um espaço para descanso, rebaixamento do teto em gesso, colocação de cortinas, instalação de sistema de som, aprimoramento da acústica e isolamento da área de cozinha. As reservas para o uso da Sede Social também poderão ser feitas pela internet. Para garantir a qualidade do trabalho realizado ao longo de todo o ano, a ASSESP vai contratar também mais um funcionário para os serviços de manutenção e limpeza da Sede Social.

EXPEDIENTE



Boletim da Associação dos Servidores Civis da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina Jornalista Responsável:
Luciano Faria SC 363 JP. Projeto Gráfico e impressão: OpenBrasil Graf Tiragem: 1.800 exemplares.